

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM: O QUE PODEM AS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA?¹

Linguistic prejudice in the learning process: what can Portuguese language classes?

Josela Veber Ribeiro²
Sheila Katiane Staudt³

Resumo: Este ensaio tem por objetivo refletir acerca das dificuldades que os estudantes têm em escrever na norma padrão ou culta da língua portuguesa, porque usam no dia a dia a língua coloquial. Eles não estão habituados com a língua formal, sendo essas dificuldades consequências de vários fatores que as influenciam: culturais, sociais ou históricas, que constituem as variações linguísticas. Mostrar aos alunos as variações linguísticas é importante para que compreendam essas mudanças e tenham condições de reescrever a fala passando-a da língua coloquial para a língua culta.

Palavras-chave: Variação linguística. Ensino. Preconceito linguístico. Língua portuguesa.

Abstract: This article aims to reflect on the difficulties that students have in writing in the standard or cultured norm of the Portuguese language, because they use the colloquial language in their daily lives. They are not used to the formal language, and these difficulties are consequences of several factors that influence them: cultural, social or historical, which constitute the linguistic variations. Language variations must be presented as important to the students in order to understand these changes and be able to rewrite speech by moving it from colloquial language to the formal language.

Keywords: Linguistic variation. Teaching. Linguistic prejudice. Portuguese language.

Considerações iniciais

A língua é uma construção humana, não é uma ferramenta pronta que se usa para obter resultados. Ela é o processo e o produto. Esse processo é tão espontâneo que o falante nem percebe

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de ensaio acadêmico apresentado ao Colegiado do Curso de Especialização em Linguagens Contemporâneas e Ensino do Campus Canoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do Título de Especialista em Linguagens Contemporâneas e Ensino.

² Pós-graduanda do Curso de Especialização em Linguagens Contemporâneas e Ensino do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS *campus* Canoas. Professora de Língua Portuguesa e Português Instrumental na Escola Estadual de Ensino Médio Bento Gonçalves (Canoas). E-mail: josela.bento@gmail.com

³ Professora de Literatura e Línguas Portuguesa e Inglesa do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS *campus* Canoas. E-mail: sheila.staudt@canoas.ifrs.edu.br

quando o faz, pois o cérebro dá conta desse planejamento, quase instintivamente, uma vez que somos seres aptos à linguagem.

Falar a língua materna é uma competência que qualquer ser humano tem (Moraes, 2005). Os linguistas defendem que escrever é uma competência aprendida, porque ninguém nasce sabendo. Sendo assim, é preciso aprender, exercitar e treinar.

Para o linguista e filósofo Ferdinand de Saussure (1916), a língua não é apenas uma coleção de palavras, mas sim um sistema complexo de signos interligados, nos quais o significado surge da relação entre o significante (a forma da palavra) e o significado (o conceito que a palavra representa). Além disso, Saussure destaca o caráter social da língua, enfatizando que ela é um produto da interação humana e que se desenvolve e se transforma ao longo do tempo através do uso e da convenção social.

A fala é a forma de comunicação oral, espontânea e contextualizada, enquanto a escrita é uma representação gráfica da língua, planejada e duradoura. Saussure enfatiza que a língua é um sistema social de signos que possibilita tanto a fala quanto a escrita, sendo a fala a manifestação primária e a escrita uma forma de representá-la.

No contexto de sala de aula, enquanto alguns autores defendem que o ato de escrever deve seguir a norma culta, outros defendem que o texto, mesmo não seguindo as normas, deve ser aceito se o aluno conseguir expressar claramente suas ideias.

O grande problema que se percebe nas escolas é que a maioria dos alunos não sabem escrever utilizando a norma padrão, porque não fazem da leitura uma atividade regular e, conseqüentemente, desconhecem a grafia de muitas palavras, por isso fica difícil transferir a língua falada para a língua escrita e expor seu raciocínio.

A leitura de livros está sendo praticada por menos pessoas no Brasil. Os dados da pesquisa divulgada na 6ª edição da "Retratos da Leitura no Brasil", pelo Portal G1⁴, mostram que 53% dos entrevistados não leram nem mesmo parte de uma obra nos três meses anteriores à pesquisa. É a primeira vez na série histórica que o levantamento conclui: a maioria dos brasileiros não leem livros. O levantamento considera tanto a leitura de livros impressos quanto digitais, além de não restringir qualquer gênero, incluindo didáticos, bíblia e religiosos.

⁴ Link da notícia: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/11/19/o-brasil-que-le-menos-pesquisa-aponta-que-pais-perdeu-quase-7-milhoes-de-leitores-em-4-anos-veja-raio-x.ghtml>

De acordo com a pesquisa, “se considerarmos somente livros inteiros lidos, no período de três meses anteriores à pesquisa, o percentual de leitores é ainda menor, de 27% dos brasileiros” (Santos, 2024). O número de não leitores verificado em 2024 representa um aumento de cinco pontos percentuais em relação ao de 2019, que era a edição mais recente da pesquisa. Os dados deste ano são os que apresentam o maior total de "não-leitores" na série histórica do levantamento, que começou em 2007.

No trabalho realizado em sala de aula, percebe-se que cada estudante chega até a escola com falas diversificadas, fazendo uso da língua coloquial e portanto, quando transfere essa fala para a escrita, isso dificulta o entendimento, porque eles pertencem a comunidades culturais diferentes. E isso também justifica o porquê de tantos alunos ainda não saberem escrever na norma padrão ou culta.

Levando em conta essas considerações, diferentemente da fala, a escrita surge de um processo de aprendizagem formal e requer procedimentos pedagógicos e prática contínua. O professor deve reconhecer que os alunos chegam à escola com características da sua cultura, principalmente quando se trata da língua falada, e que isso não implica em classificá-la como feia ou errada. É preciso mostrar aos alunos a importância de respeitar as diferenças, para que o convívio com os colegas seja com respeito e empatia.

É necessário entender a variação como algo natural da língua, variação linguística é uma expressão que se refere às formas diferentes de se falar uma língua. E para Bagno (1999), a variação linguística tem que ser objeto e objetivo do ensino de língua, portanto, deve-se ter respeito por todas as variedades linguísticas e desconstruir qualquer tipo de preconceito linguístico. A educação tem como fundamento a transformação da consciência por meio do conhecimento, da capacidade de pensar sobre a cultura do outro, podendo, assim, formar o entendimento da diversidade e do caminho para a desconstrução do preconceito. É fundamental que a escola seja um espaço de acolhimento e de respeito, para promover uma conversa saudável e que não cause nenhum constrangimento aos estudantes.

Entende-se por preconceito linguístico o ato de discriminar um indivíduo pela forma como ele se comunica, já que o parâmetro utilizado geralmente é a norma culta. Quanto mais distante dela, mais criticada e ridicularizada é a pessoa. É muito comum ver esse tipo de preconceito aplicado às classes sociais mais baixas, que geralmente são pessoas com menor acesso à educação formal, sendo que algumas delas sequer tiveram a oportunidade de serem alfabetizadas.

A principal causa de preconceito linguístico, no Brasil, está na comparação entre as pessoas da classe média, com os indivíduos menos favorecidos, em relação ao modo de falar. Quando apontamos uma variação linguística como erro, cometemos o que chamamos de Preconceito Linguístico (Bagno, 1999). A língua é dinâmica e está sujeita a inúmeras variações, o alto índice de analfabetismo, o pouco contato com a norma culta contribui para que ocorra o preconceito com determinados indivíduos (Bagno, 2007).

O preconceito linguístico, muitas vezes, tem o poder de excluir o indivíduo socialmente, afetando sua autoestima, já que a pessoa começa a acreditar que fala de forma errada. Em virtude disso, na maior parte dos casos, o candidato é excluído em uma entrevista de emprego, por se utilizar de uma variedade informal da língua, especialmente quando é necessária uma comunicação formal. Nesses contextos, o uso de variantes linguísticas mais informais e de menor prestígio pode prejudicar o candidato durante uma entrevista.

Se o indivíduo apresentar um sotaque característico da variação regional, muitas vezes é alvo de riso e chacota, o que frequentemente resulta em sua exclusão, sobretudo das melhores oportunidades no mercado profissional. E outro fator que infelizmente, ainda, nos deparamos é o preconceito linguístico de elementos da cultura negra, que se reflete na linguagem, por exemplo, no significado de palavras de origem africanas, que no Brasil tem outro sentido.

Segundo o linguista Marcos Bagno (1999), essa realidade contribui para o que ele denomina “ciclicidade da pobreza”, as classes sociais menos favorecidas, com menor acesso à educação formal, tendem a receber uma formação de qualidade deficitária, o que perpetua a desigualdade e limita as possibilidades de evolução. O preconceito linguístico é um dos tipos de preconceito mais empregados na atualidade e pode ser um importante impulsor da exclusão social.

1 Variação linguística e ensino de língua materna

Toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de pessoas que a emprega. Quando uma língua deixar de atender às necessidades dessas pessoas, sofrerá transformações para se adequar, porque nenhuma língua é falada do mesmo jeito. Muitas pessoas não aprendem a ler e escrever, mas são falantes da língua materna.

As línguas evoluem com o tempo, se transformam, não envelhecem, mas adquirem novos valores sociolinguísticos. A língua é um desafio das gerações tanto quanto das classes sociais. Não é a língua que muda com o tempo: são os falantes que, em sociedade, mudam a língua (Bagno,

2007). Na maioria das vezes, as pessoas julgam a língua falada tendo como referência a língua escrita literária. Consequentemente, como são numerosas as regras da língua escrita, as pessoas que tradicionalmente leem pouco são rotuladas de ignorantes.

Nem mesmo a prática de ensino indicada em vários livros didáticos e, inclusive, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), é aplicada por existir um desconhecimento do uso da linguagem.

O português falado no Brasil apresenta diversas variedades linguísticas, resultado das diferenças sociais materializadas na língua através da história e da imensa área que o país ocupa geograficamente. Os falantes são corrigidos como se a língua que falam ou escrevem não fosse a mesma, segundo Marcos Bagno, a escola não leva em conta que a aprendizagem linguística ocorre em meio às relações humanas, considerando que a língua escrita é uma das duas formas de língua presentes dentro da linguagem.

A variação linguística tem que ser objeto e objetivo do ensino de língua: uma educação linguística voltada para a construção da cidadania numa sociedade verdadeiramente democrática não pode desconsiderar que os modos de falar dos diferentes grupos sociais constituem elementos fundamentais da *identidade* cultural da comunidade e dos indivíduos particulares, e que denegrir ou condenar *os seres humanos que a falam*, como se fossem incapazes, deficientes ou menos inteligentes – é preciso mostrar, em sala de aula e fora dela, que a língua varia tanto quanto a sociedade varia, que existem muitas maneiras de dizer a mesma coisa e que todas correspondem a usos diferenciados e eficazes dos recursos que o idioma oferece a seus falantes; também é preciso evitar a prática distorcida de apresentar a variação como se ela existisse apenas nos meios rurais ou menos escolarizados, como se também não houvesse variação (e mudança) linguística entre os falantes urbanos, socialmente prestigiados e altamente escolarizados, inclusive nos gêneros escritos mais monitorados. (Bagno, 1999, p. 16)

O aprendizado da língua falada é anterior ao aprendizado da língua escrita. Muitas pessoas morrem sem jamais terem aprendido a ler e a escrever. No entanto, não se pode negar que são falantes da língua. O que elas precisam é desenvolver o conhecimento prévio e aprender novos e diferenciados usos daquilo que já possuem, isso ajuda as pessoas a se comunicarem melhor, expressarem suas ideias e se integrarem socialmente, além de abrir novas oportunidades e enriquecer suas interações.

As práticas de ensino variam de região para região, de escola para escola e de professor para professor. Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisaria

evitar o discurso de que “o português é uma língua difícil”. O que realmente precisa ser feito é acompanhar a escrita do aluno para ajudá-lo a compreender esse processo (Bagno, 1999).

É preciso explicar que um mesmo vocábulo pode ser pronunciado de diferentes formas. A palavra “leite”, por exemplo, pode ser dita como “lei/t'i” ou “leit/e”, considerando-se a região onde o falante está inserido. Quanto ao léxico, assim como um carioca usa a palavra “garoto” para referir-se a um jovem, um gaúcho dirá “guri” e assim consecutivamente. Enquanto um jornalista apresenta num telejornal a notícia de que “as passagens de avião aumentarão de preço durante os jogos da Copa do Mundo no Brasil”, utilizando todas as marcas de concordância de número, essa mesma informação poderá ser dita por um cidadão comum de periferia da seguinte forma “as passagem de avião vai aumentar de preço durante os jogo da copa do mundo no Brasil”. Cabe ao professor mostrar com esses exemplos que não há certo ou errado no uso da língua, o que há na verdade é uma forma adequada ou inadequada de usar a linguagem num determinado contexto. A adequação na linguagem refere-se à capacidade de usar a língua de maneira apropriada para um determinado contexto. Isso significa que, em vez de haver um uso "certo" ou "errado" da língua, o que importa é se a forma como nos expressamos é adequada à situação, ao público e ao propósito da comunicação.

Em outras palavras, o professor de português deve modalizar aos alunos o que é uma língua, quais as propriedades e usos que ela realmente tem, qual é o comportamento da sociedade e dos indivíduos com relação aos usos linguísticos, nas mais variadas situações de suas vidas. A escola deve apresentar aos alunos as variações linguísticas, respeitando os modelos linguísticos que cada um traz em sua bagagem. Isso é importante para valorizar a diversidade linguística e promover um ambiente de aprendizado inclusivo (Cagliari, 1992).

A língua materna é adquirida pela criança de maneira natural e espontânea e, por isso, ela a domina plenamente. A língua escrita precisa de exercício, treinamento, memorização. Escrever bem requer o domínio de várias habilidades, e o aluno precisa ter consciência dos diferentes tipos de textos e das múltiplas operações que constituem cada um deles.

De acordo com Flávia Lima Ciríaco (2020), em seu artigo *A Leitura e a Escrita no Processo de Alfabetização*, a escrita é uma maneira de representar a linguagem oral. Assim, escrever envolve o ato de significar e representar ideias, conceitos ou sentimentos por meio de símbolos que são gráficos, em vez de sonoros.

Escrever é uma atividade que consiste em ordenar ideias para depois organizá-las de forma precisa. Logo, o aluno não precisa ter a habilidade de um escritor experiente, mas sim ser capaz

de comunicar suas ideias de forma clara. Para o aluno, é importante que ele compreenda os objetivos do texto, o provável leitor e a forma de correção a ser utilizada e de preferência que esse desafio de escrever um texto não tenha somente o valor quantitativo da avaliação, mas também qualitativo. Assim, o aluno terá prazer em revisar seu texto e entender o valor desse processo.

Outra questão fundamental para entender a variação linguística e para escrever bem é o problema da falta de leitura dos aprendizes. Segundo o pesquisador Gastaldo (*apud* Moraes, 2005), a falta de leitura dificulta o desenvolvimento da expressão escrita, fazendo com que os alunos tenham um vocabulário restrito. Essa falta de habilidade se percebe ao se expressarem na forma escrita, o que não pode ser considerada fruto de desconhecimento da língua.

A aprendizagem, para Smith (*apud* Moraes, 2005), é inconsciente, sem esforços, acidental, indireta e essencialmente cooperativa. Para ele, se aprende a todo instante, com qualquer pessoa, sem perceber, com uma conversa qualquer ou uma música. O cérebro processa tudo o que chega por meio dos sentidos. Escrita e leitura estão intimamente relacionadas. Por isso, a leitura deveria ser prioridade na sala de aula, para que o aluno adquira o hábito no seu dia a dia e esse estimule sua curiosidade.

A leitura deve ser uma prioridade para todos os professores, especialmente os de língua materna, pois é uma das melhores maneiras de exercitar a memória. No entanto, no século XXI, observamos uma tendência de valorizar mais a escrita do que a fala, quando, na verdade, o oposto é o que acontece no dia a dia. A habilidade de se comunicar é essencial para alcançar o sucesso em todas as fases da vida.

A leitura normalmente é associada aos livros e jornais, mas ela pode ir além, ao incentivar os alunos a lerem conteúdos em sites, blogs e até mesmo aplicativos, é possível unir a tecnologia e a leitura para estimular a curiosidade deles. A função da tecnologia como aliada na prática da leitura é garantir que todos possam desfrutar do prazer de ler, fornecer uma educação sem divisão, guiando esses nativos digitais pelos caminhos da criticidade.

A escola deve usar a tecnologia a seu favor, por exemplo, utilizando os laboratórios de informática, para que o aluno aprenda a pesquisar sobre diferentes temas antes de começar a escrever. Essa prática é de grande valor, pois contribui para que o aluno tenha prazer em descobrir as coisas e seja independente na construção do seu conhecimento.

Escrever bem, para o estudioso Mário Perini (2007), é algo que não tem respostas verdadeiramente satisfatórias a ponto de serem aceitas pela maioria dos pesquisadores. Isso porque

há muitas diferenças gramaticais nos diferentes gêneros textuais, como por exemplo, um jornal, um romance, um poema. Todos esses gêneros são exemplos do português escrito; porém, podem apresentar diferentes graus de formalidade e vocabulário com diferenças de ordem regional e da época em que foram escritos. Uma das finalidades do ensino gramatical é, portanto, mostrar ao estudante a sua língua, a qual ele deve aprender a usar, seja lendo ou escrevendo. O autor afirma que mesmo que sejam poucos os estudantes que chegarão a adquirir o hábito de ler textos literários e jornalísticos, eles devem ler o suficiente para participar da vida política de sua comunidade e do país, posicionando-se como cidadãos críticos.

Levando em conta esses aspectos, é fundamental que os professores entrem em sala de aula não apenas como educadores, mas, acima de tudo, como facilitadores de diálogos entre as diversas disciplinas, promovendo a interdisciplinaridade por meio da linguagem. O papel do educador, além de dar exemplo na condição de leitor, precisa criar momentos que estimulem o compartilhamento das experiências, de trocas de conhecimento e socialização.

A língua escrita é, para muitos brasileiros, uma segunda língua, reflete a realidade de que muitos aprendizes têm mais familiaridade com a língua falada. Ela é considerada devido a fatores como: - Contexto Familiar: Muitas crianças têm mais contato com a língua falada em casa; - Educação: O ensino da escrita pode ser inadequado ou insuficiente; - Diferenças Estruturais: A língua falada e a escrita possuem gramáticas e estilos diferentes; - Acesso à Leitura: A falta de incentivo à leitura limita a familiaridade com a escrita; - Variedades Linguísticas: A diversidade de dialetos pode dificultar a adaptação à norma padrão da escrita. Esses fatores fazem com que a escrita precise ser aprendida como uma habilidade específica.

Perini (2007) propõe ensinar a partir do fato de que se está diante de pelo menos duas línguas: a língua falada e a língua escrita - cada uma com suas próprias regras gramaticais e características. Sua proposta é usar o conhecimento que o aluno possui para ensiná-lo a raciocinar, a formular hipóteses, a pensar criticamente. Essa abordagem reconhece as diferenças entre as duas formas de linguagem e enfatiza a importância de ensinar a escrita de maneira que leve em conta essas distinções, ajudando os alunos a desenvolverem habilidades em ambas as modalidades.

Por isso, entender o processo de aquisição de uma língua é fundamental. Sendo assim, de acordo com o pesquisador Luiz Percival Britto (1997), o papel da escola deve ser o de garantir ao aluno o acesso à escrita e aos discursos que se organizam a partir dela.

A falta de habilidade dos alunos em se expressar oralmente, interpretar enunciados e escrever textos dissertativos pode ser originada por alguns fatores como falta de prática, leitura limitada, ambiente familiar, ansiedade entre outros que contribuem para as dificuldades enfrentadas pelos estudantes. É comum ouvir que muitos adolescentes terminam o ensino médio sem saber interpretar textos ou elaborar textos com qualidade, apresentando um vocabulário limitado. Isso gera confusão, pois os alunos sabem a gramática, mas têm dificuldade em usá-la para se expressar adequadamente.

Isso tudo acontece porque os professores desconhecem a realidade linguística do aluno, que ele aprende a falar conforme a variedade linguística a que está exposto, o que influencia seu vocabulário, sua pronúncia e as normas de uso que adota em sua comunicação cotidiana, ignorando a variação linguística. Mostrar figuras públicas, artistas e profissionais que utilizam variantes da língua em suas comunicações, demonstrando que o valor de uma pessoa não está ligado à forma como ela fala.

O professor e pesquisador José Hildebrando Dacanal é reconhecido por suas contribuições ao estudo da linguagem, poder e ensino da língua. Ele aborda a relação intrínseca entre linguagem e poder, enfatizando como a forma pela qual nos comunicamos pode refletir e perpetuar relações sociais e hierarquias. Dacanal (1987) argumenta que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também uma ferramenta de poder. A forma como as pessoas falam e escrevem pode influenciar suas posições sociais e suas interações no mundo, levando ao preconceito linguístico.

2 Base Nacional Comum Curricular

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) orienta em seu texto que as aulas de Língua Portuguesa, no Ensino Médio, sejam ministradas pensando na variação linguística que existe em qualquer comunidade linguística, pois assim o estudante poderá entender que uma língua é marcada por formas diferentes de se falar. Dessa forma, o aluno saberá utilizar o discurso adequado para cada situação comunicativa, respeitando as diferenças linguísticas sem alimentar o preconceito linguístico.

Compreender as línguas como fenômeno (geopolítico, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso), reconhecendo suas variedades e vivenciando-as

como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.

Essa competência específica indica a necessidade de, ao final do Ensino Médio, os estudantes compreenderem as línguas e seu funcionamento como fenômeno marcado pela heterogeneidade e variedade de registros, dialetos, idioletos, estilizações e usos, respeitando os fenômenos da variação e diversidade linguística, sem preconceitos.

Na BNCC, para cada área do conhecimento, são definidas competências específicas, articuladas às respectivas competências das áreas do Ensino Fundamental, com as adequações necessárias ao atendimento das especificidades de formação dos estudantes do Ensino Médio. Essas competências específicas de área do Ensino Médio também devem orientar a proposição e o detalhamento dos itinerários formativos relativos a essas áreas (BRASIL, 2018).

Ela também diz respeito à utilização das línguas de maneira adequada à situação de produção dos discursos, considerando a variedade e o registro, os campos de atuação social, e os contextos e interlocutores específicos, por meio de processos de estilização, seleção e organização dos recursos linguísticos (BRASIL, 2018).

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem assegurar aos estudantes o desenvolvimento das competências e habilidades, ao chegar ao Ensino Médio, os estudantes já têm condições de participar de forma significativa de diversas práticas sociais que envolvem a linguagem, pois, além de dominarem certos gêneros textuais/discursivos que circulam nos diferentes campos de atuação social considerados no Ensino Fundamental, eles desenvolveram várias habilidades relativas aos usos das linguagens. Conforme o texto da BNCC,

Cabe ao Ensino Médio aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos, e alargar as referências estéticas, éticas e políticas que cercam a produção e recepção de discursos, ampliando as possibilidades de construção e produção de conhecimentos, de compreensão crítica e intervenção na realidade e de participação social dos jovens, nos âmbitos da cidadania, do trabalho e dos estudos. (BRASIL, 2018, p. 498)

Por isso, se faz necessária uma revisão nas práticas de ensino da língua portuguesa, com intuito de orientar quanto à admissão das variedades linguísticas próprias dos alunos. Também se faz necessário um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural, com a responsabilidade de garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos.

Segundo os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), para que ocorra o ensino e a aprendizagem de Língua Portuguesa, como prática pedagógica, necessita-se de três variáveis: o aluno, os conhecimentos de linguagem e a mediação do professor. O aluno é o sujeito da ação de aprender, aquele que age com o objeto de conhecimento; o objeto do conhecimento são os conhecimentos linguísticos implicados nas práticas de linguagem; e o professor é o que organiza a mediação entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

Ao professor cabe planejar e dirigir as atividades com o objetivo de orientar os alunos a garantir a aprendizagem em inúmeras situações sociais que encontram fora da escola, por exemplo, a busca do primeiro emprego. Dessa forma, a escola contribui propondo situações didáticas nas quais os alunos possam interagir, pois para muitos alunos, a escola é o único espaço que propicia acesso a textos diversificados e que tenta aproximá-los de gêneros que fazem parte da realidade social, só assim a gramática ensinada não seria de forma descontextualizada, porque depende da forma como ela é ensinada e para qual finalidade.

Os alunos precisam compreender que a língua vive em constante transformação. Varia de época, de região, de classe social, de profissões. Dependendo da situação, o usuário pode empregar diferentes variedades linguísticas. O usuário da língua a emprega de acordo com as características específicas do contexto, da intenção, da região, dos fatores sociais, da faixa etária, da profissão, do nível de escolaridade.

3 Papel da escola

Para garantir que ocorra o processo de ensino aprendizagem, a escola como um todo precisa compreender que não basta saber falar e escrever, é preciso dominar a linguagem para participar da vida do bairro, da cidade e do país. A escola como entidade de ensino precisa livrar-se de muitos mitos como, por exemplo, de que existe uma única forma correta de falar, pois os alunos chegam à escola com variedades linguísticas diferentes. O que deve ser levado em consideração é a adequação ao contexto e a relação comunicativa estabelecida entre o emissor e o receptor da mensagem.

A escola precisa proporcionar momentos de reflexão para que o aluno tenha condições de escolher a forma de falar e de escrever, utilizando os recursos e os estilos em diferentes situações comunicativas. E essa tarefa não deve ser responsabilidade apenas da aula de Língua Portuguesa, mas também das demais disciplinas, pois a compreensão depende do conhecimento que o leitor

possui sobre o tema e da familiaridade que tenha construído com a leitura. O professor precisa atuar como um mediador durante esse processo, produzindo esquemas e resumos que orientem a compreensão dos textos, deve também organizar planos de aulas com atividades que possibilitem a utilização da linguagem na produção de textos orais e escritos.

O ensino de Língua Portuguesa deve se dar num espaço em que as práticas de uso da linguagem sejam compreendidas, não desmerecendo de como os falantes desenvolvem essa competência. O texto produzido pelos alunos, seja oral ou escrito, permite identificar os recursos linguísticos que eles já dominam e os que precisam aprender a dominar. Para estruturar a experiência construída em várias áreas do conhecimento, os alunos precisam conhecer e valorizar as diferentes variedades da Língua Portuguesa e reconhecer a linguagem de seu grupo social.

A prática de leitura de texto, por exemplo, realizada por diferentes alunos, seja no mesmo momento ou em momentos distintos, não ocorre de forma homogênea. De modo igual, a leitura feita por alunos de idades diferentes supõe conhecimento de mundo e experiência que podem ou não estar presentes. É preciso considerar que os alunos desenvolvem um tipo de comportamento e valores de acordo com a identidade e o lugar onde estão inseridos na sociedade. Com isso, eles são capazes de perceber que as formas da língua apresentam variação e que determinadas expressões podem ser apropriadas para certas circunstâncias e em outras não.

Desse modo, a leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho de compreensão e interpretação do texto. A partir de seu conhecimento sobre o assunto, um leitor assíduo sabe selecionar textos que podem atender às suas necessidades, consegue identificar, a partir do que está escrito, elementos que estabelecem relações entre outros textos.

Considerações finais

A falta de habilidade que certos alunos demonstram em relação à forma escrita da língua é consequência de vários fatores que as influenciam. Diante disso, para ser considerado um bom escritor, o aluno precisa ter o domínio de várias competências, conhecimentos sobre ortografia e práticas contínuas inseridas textualmente.

Diferentemente da fala, a escrita surge de um processo de aprendizagem formal e requer procedimentos pedagógicos e prática contínua. Não há certo ou errado no uso da língua, o que há na verdade é uma forma adequada ou inadequada de usar a linguagem num determinado contexto (Bagno, 1999).

A BNCC orienta para uma prática pedagógica voltada para a diversidade linguística e que o professor precisa ser mediador para que o aluno compreenda o processo de aquisição de linguagem. Importante também mostrar ao aluno que a língua é dinâmica, está sempre em processo de mutação, existindo muitas maneiras de dizer a mesma coisa, e todas correspondem a usos distintos da língua.

Para obterem um excelente resultado, os alunos precisam de muita prática no dia a dia em sala de aula ou fora dela, para que se familiarizem com a escrita e consigam expor sua linha de raciocínio sem prescindir da norma padrão ou culta de sua língua.

Conhecer a história da língua, a tradição gramatical, a riqueza do nosso vocabulário, a beleza da nossa literatura oral e escrita, o potencial de nossa linguagem - tudo isso é muito bom, é precioso e deve ser cultivado. Só não podemos admitir que alguém transforme tudo isso numa arma, num arame farpado, numa cerca eletrificada ou em qualquer outro tipo de instrumento de exclusão social (Bagno, 2010, p. 29).

Referências

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. *Não é errado falar assim: em defesa do português brasileiro*. 2. Ed. São Paulo: Parábola, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base*. Brasília, 2017/2018.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

BRITTO, Luiz P. L. *A sombra do caos: ensino de língua versus tradição gramatical*. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização & Linguística*. 5ª ed. São Paulo: Scipione, 1992.

CIRÍACO, Flávia Lima. A leitura e a escrita no processo de alfabetização. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 4, 28 de janeiro de 2020. Disponível em:

[https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/4/a-leitura-e-a-escrita-no-processo-de-alfabetização](https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/4/a-leitura-e-a-escrita-no-processo-de-alfabetizacao). Acesso em: nov. 2024.

DACANAL, José H. *Linguagem, poder e ensino da língua*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MORAES, Ângela. *Contribuições da linguística para uma didática do texto escrito*. São Paulo: ECA – Revistas USP, 2005.

PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1999.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12598%3Apublicacoes&Itemid=859> Acesso em: set. 2024.

SANTOS, Emily. In: *Portal G1*. O Brasil que lê menos: pesquisa aponta perda de quase 7 milhões de leitores em 4 anos; veja raio X. Disponível em:
<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/11/19/o-brasil-que-le-menos-pesquisa-aponta-que-pais-perdeu-quase-7-milhoes-de-leitores-em-4-anos-veja-raio-x.ghtml> Acesso em: nov. 2024.

SAUSSURE, Ferdinand de (1916). *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.